

1. Tempo

Tchetchênia: o Império na Encruzilhada

*Daniel Aarão Reis Filho***

“ Adoração do próprio povo como principal portador da verdade universal; em seguida, adoração do povo como uma força elementar, sem atenção para a verdade universal; finalmente...adoração do povo em direta negação à idéia mesma da verdade universal - estes são os três sucessivos estágios de nosso nacionalismo.... O primeiro deles ensinava puras fantasias; o segundo era realista, com imaginação; o último era realista sem qualquer imaginação, e também sem nenhuma vergonha.”

V.S. Solovyov, 1889

“ Uma intervenção armada na Tchetchênia é inadmissível. Se infringirmos este princípio, o Cáucaso se levantará e haverá tanta desordem e sangue que ninguém nos perdoará.”

Bóris Yeltsin, 1994

“Há um monumental beco sem saída e a história russa parece gasta e fatigada”

M. Lewin, 1996

* Professor Titular de História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense, UFF.

Vida e morte de um presidente: a tragédia de Dudaev

Na noite de 21 de abril passado, Djokhar Dudaev, então presidente da República da Tchetchênia, cometeu uma dupla imprudência: intervir pessoalmente nas conversações russo-tchetchenas e fazê-lo através de um telefone celular. Quando digitou o aparelho, numa campina perto de Grosny, a capital do país, não desconfiou que os sinais captados orientariam dois mísseis que um caça russo lançou pouco depois em sua direção.

O líder tchetcheno desintegrou-se. Segundo a versão até agora predominante entre os tchetchenos, desmentida molemente pelos russos e aceita pela mídia internacional e pelos norte-americanos (teriam monitorado a cena?), a cabeça e o rosto ficaram tão mutilados, a pele tão queimada, que não foi possível mostrar publicamente o corpo, como convém em enterros, sobretudo de autoridades¹.

Os problemas de Dudaev com o Estado começaram cedo. Em 1943, quando tinha exatamente um mês, caçula de sete irmãos, foi deportado com todo o seu povo. Um êxodo compartilhado por outros povos da mesma região: inguches, karatchais, balkários, kalmyks. E assim, cerca de um milhão de pessoas, acusadas coletivamente de simpatia pelos exércitos nazistas, foram amontoadas em sinistros vagões, expulsas de suas casas e aldeias em direção a uma longínqua Sibéria, desconhecida e inóspita. Uma tradição. Com precedentes próximos e distantes. No começo dos anos 40, antes da invasão alemã, o Estado já deportara os descendentes de colonos alemães e coreanos, receoso de que pudessem colaborar com eventuais invasores ocidentais (nazistas) e orientais (japoneses). No tempo mais longo, há cerca de um século, a maioria de um dos povos caucasianos, os tcherkessos, recusando-se a aceitar a dominação russa, já havia emigrado em massa para o Império Otomano.

No período da desestalinização, nos anos 50, e depois de muita luta, as autoridades “reabilitaram” os tchetchenos e permitiram sua volta ao Cáucaso. Com eles, naturalmente, retornou Dudaev. Fez brilhantes estudos na Academia Militar da Aeronáutica, serviu na Sibéria e no Afeganistão, casou-se com uma russa e, vencendo desconfianças, tornou-se general, comandante de uma unidade de bombardeiros estratégicos, um homem “com quem se podia contar”².

E então houve o terremoto, a impensável desagregação da União Soviética. No despedaçamento geral do colosso, na onda formidável desencadeada pela aceleração histórica de forças centrífugas, aparentemente incontroláveis, era preciso (era possível?) aproveitar o momento, rápido, antes que a brecha se fechasse novamente. O caucasiano adormecido reemergiu de dentro do oficial soviético e, de um *homo sovieticus* à toda prova, (re)fez-se um tchetcheno. E o general se transformou em líder político de seu povo, compensando um diminuto peso demográfico com tiradas tonitruantes e ameaçadoras contra o gigante cambaleante. Eleito com 85% dos votos, prometendo a independência, proclamou-a três dias depois de empossado, em

¹Para a descrição da trajetória e das circunstâncias da morte do presidente tchetcheno, cf. “Chechnya: the fictional and the factional”, *The Economist*, may, 4th-10th, 1996, p. 47; e “L’ancien général de l’armée soviétique devenu le premier des patriotes”, *Le Monde Hebdo*, n° 2.478, 2 mai, 1996, p. 3.

²Para a saga do povo tchetcheno e dos povos do Cáucaso, cf. Ch. Urjewicz, “Le Caucase, caractères généraux” et “Les peuples du Caucase du Nord”, in M. Ferro (org.) *L’état de toutes les Russies*. Paris, La Découverte, 1993, pp. 253-263; H. Carrère d’Encausse, *L’empire éclaté*. Paris, Flammarion, 1978, pp. 37 e segs. e P. Karam e T. Mourgues, *Les guerres du Caucase, des Tsars à la Tchétchénie*. Paris, Perrin, 1995.

novembro de 1991. Dudaev surgiu no cenário internacional, pistola e punhal caucasiano na cintura, como um novo Davi, histriônico, às vezes parecendo encenar uma comédia com o urso-Golias. Estava destinado, porém, a consumir-se numa tragédia.

A de Dudaev é a do povo tchetcheno, ou a dos povos caucasianos. Reside primordialmente num acaso: a tragédia de se encontrar nas fronteiras das áreas de expansão de Estados imperiais rivais.

O Cáucaso: terra de fronteiras

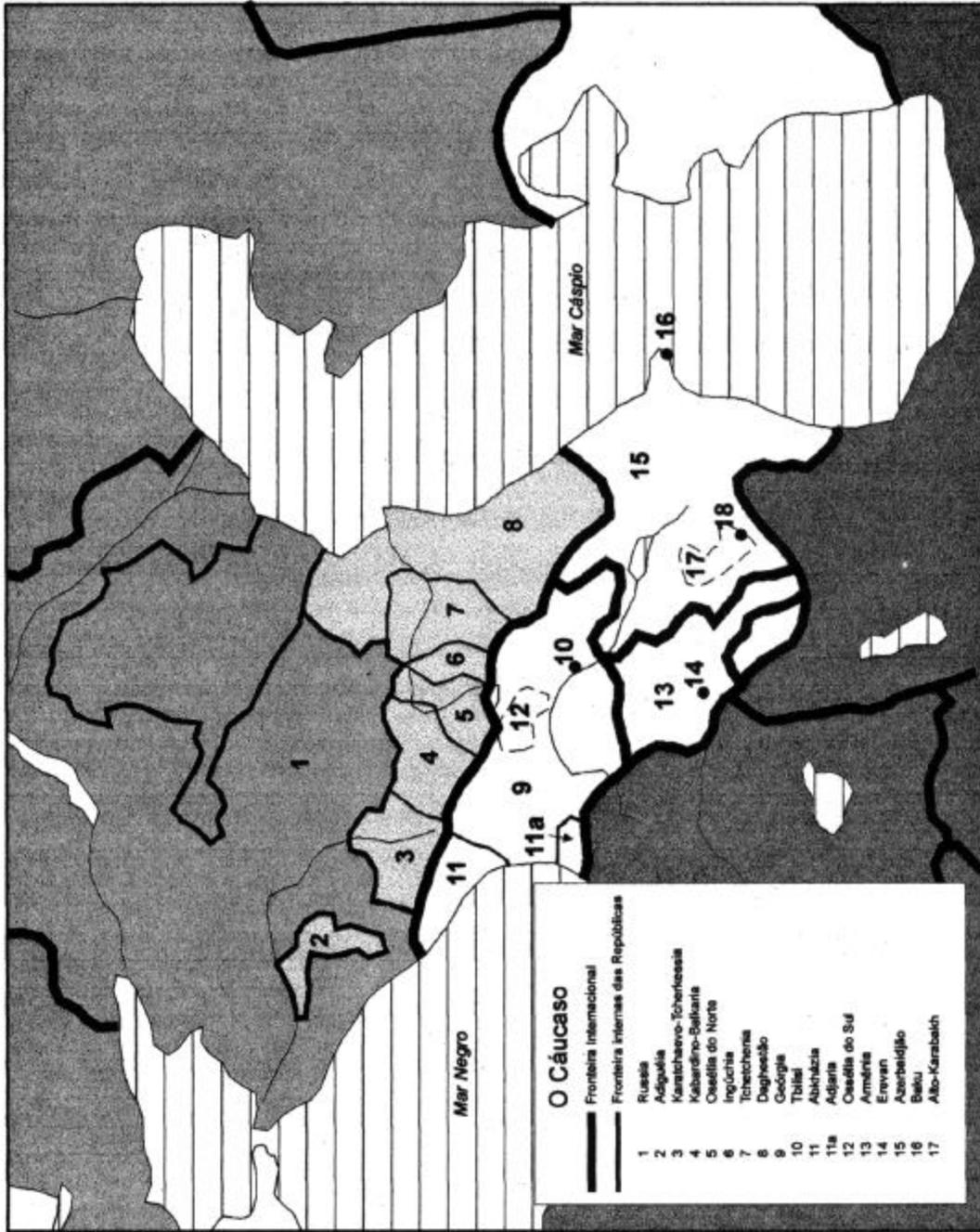
O Cáucaso, há séculos, é uma terra de fronteiras, de passagens e cruzamentos, encontros e trocas, conflitos e guerras. Já antes de Cristo, Roma e Pérsia faziam dela um campo de batalha e de morte. Depois, vieram bizantinos e árabes. E em seguida, em ondas sucessivas, os turcos seljúcidas e os mongóis. Mais tarde, voltou a ser objeto de rivalidade entre o Império Otomano e, novamente, os persas. De acordo com os critérios de cada Estado imperial, em função de seus ritmos de expansão, os povos do Cáucaso adotavam ou redefiniam formas de organização social e econômica, adquiriam graus mais ou menos consistentes de autonomia, ganhavam e/ou perdiam dinastias, conheciam e convertiam-se a religiões distintas. Nas diástoles dos grandes impérios, submergiam, satelizavam-se. Nas sístoles, levantavam a cabeça, autonomizavam-se, e alguns chegaram a constituir Estados regionalmente poderosos, como foi o caso da Armênia, no século I a. C., estendendo sua dominação à Síria e à Mesopotâmia, ou, entre os séculos IX e XI, quando gozou de larga margem de autonomia sob o califado de Bagdá. Também a Geórgia conseguiu unificar-se como reino, entre os séculos XI/XII, anexando boa parte do sudeste do Cáucaso.

Numa história atormentada, permanentemente açoitada por guerras e invasões, entre sístoles e diástoles imperiais, “unida por sua diversidade”, emergiu um mosaico de povos, de falas, de crenças, de hábitos, de ódios.

Algumas referências, mesmo que sumárias, sobre aspectos geográficos e populacionais, poderiam ajudar a melhor compreender esta história.

De oeste para leste, dois mares, o Negro e o Cáspio, espartilham, condicionam e conferem à região um caráter estratégico. Para quem vem do sul, uma primeira cordilheira, o Pequeno Cáucaso, em torno da qual vivem os georgianos, na maioria cristãos, desde o século IV, ortodoxos, com uma Igreja autocéfala, e importantes minorias de crença muçulmana, os adjários e os abkhazios. Antes deles, encravados nas montanhas e nas fronteiras com persas e turcos, os armênios, igualmente cristianizados desde a virada dos séculos III/IV, mas com rito próprio. Tangidos por contínuas perseguições, formariam uma importante diáspora de artesãos e comerciantes, alongando-se do Mediterrâneo oriental à Ásia Central. Finalmente, para oriente, bordejando o mar Cáspio, os azeris, muçulmanos xiitas e turcófonos, ou seja, ligados aos turcos pela fala, aos persas pela religião.

No sentido do norte é o Grande Cáucaso que domina, estendendo-se de noroeste a sudeste, entre o mar Negro e o mar Cáspio por cerca de 950 quilômetros. Aí, em montanhas que alcançam grandes altitudes, ou em suas faldas, encontram-se, de oeste para leste, os tcherkessos, os karatchais, os kabardos, os balkirs, os ossetas, os tchetchenos, os inguches e os vários povos que habitam o Daguestão, entre os quais os lezguianos e os avars. Estes povos, embora não tendo constituído Estados, adquiriram forte identidade étnica, religiosa e linguística (cf. mapa 1).



Entre os séculos XVIII e XIX, como sempre, o Cáucaso encontrava-se nas fronteiras de Impérios rivais: o persa, decadente e dilacerado periodicamente por lutas internas, o otomano, ainda poderoso, mas já sem dinamismo, e transformando-se, a partir do século XIX, num “homem doente”, e o Império czarista que, embora permeado por agudas contradições internas, demonstrava dinamismo e, aparentemente, um insuperável vigor³.

O império czarista: um Estado nômade

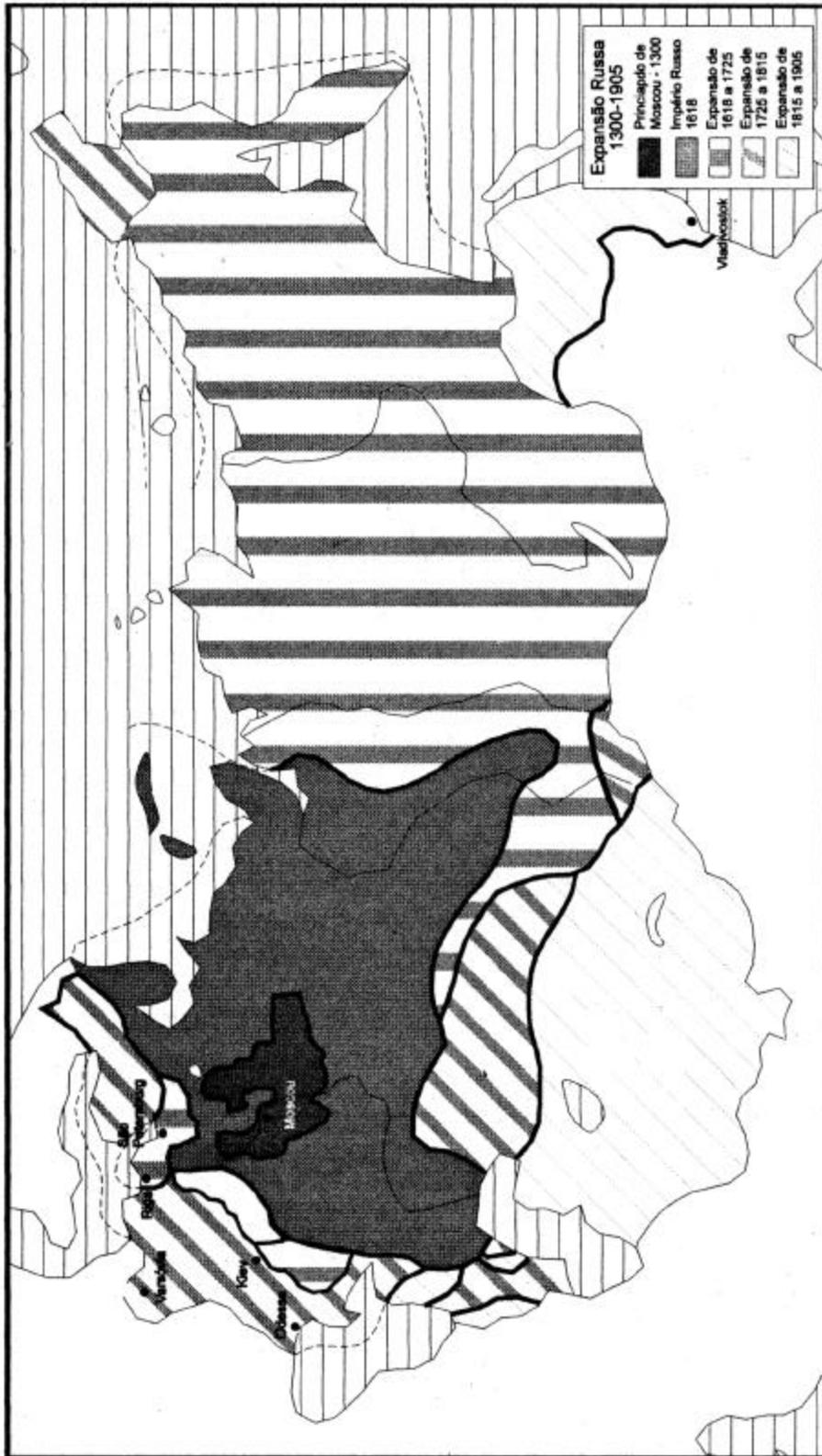
A expansão da Moscóvia, berço histórico do Império czarista, inicia -se, a rigor, no século XIV (cf. mapa 2), quando, ainda sob tutela mongol, já abrangia outros povos, e se pusera em marcha, em todas as direções da rosa dos ventos, um Estado “nômade”.

Num primeiro movimento, fixara-se como objetivo o reagrupamento das terras habitadas pelos russos, incluindo a antiga Rus kieviana. Antes de atingi-lo na íntegra, superpuseram-se duas perspectivas: a de alcançar o Báltico, gerando sucessivas disputas e guerras com Estados ocidentais, rivais históricos - Polônia, Lituânia e Suécia; e a de reunir as terras que tinham sido diretamente controladas pelos mongóis, a partir do século XIII. Os marcos neste sentido foram a tomada de Kazan (1552) e, em seguida, a de Astrakhan (1556), transformando o Volga num rio dominado pelos tzares e abrindo à expansão os vastos territórios da Ásia Central. Pela primeira vez, não apenas povos diferentes, mas formações estatais distintas, eram submetidas e anexadas. Simultaneamente, desde o século XVI, para o leste, vencida a cordilheira dos Urais, iniciava-se a marcha em direção à estranha e descomunal Sibéria⁴.

A leste, na primeira metade do século XVII, uma constelação de fortificações desdobrou-se até o rio Ienissei e, numa velocidade impressionante, já em 1638, cossacos russos alcançavam o Pacífico, fundando o forte de Okhotsk, às margens do mar do mesmo nome. Inclinando-se para o Sul, por volta de 1660, a expansão se deteria às margens do Amur. Uma nova diástole nesta área ocorreria apenas em meados do século XIX, quando foram integradas às fronteiras do Império as chamadas províncias do Amur e Marítima (Vladivostok). Para o Grande Norte, as regiões dos chukches, dos koriaks e dos iuits e, retornando para sudeste, a península de Kamtchatka. Daí os tzares partiriam para a conquista do norte do continente americano, atingindo o Alasca em fins do século XVIII e fincando a bandeira do Império no extremo setentrional das atuais costas californianas antes que brancos ingleses por ali chegassem (Fort Ross, atual San Francisco, é de 1812).

³Para as referências históricas e geopolíticas do Cáucaso, cf. H. Seton-Watson, *The Russian Empire, 1801-1917*, Oxford, Oxford University Press, 1967, pp. 57-62, e Ch. Urjewicz, M. Kahn, Cl. Mouradian, “Géorgie, Arménie e Azerbaïdjan”, in M. Ferro (org.), op. cit., pp. 264-292

⁴Cf. A.V. Charrin (org.), *Les sibériens. De Russie et d'Asie, une vie, deux mondes*. Paris, Autrement, 1994. Um mapa completo da Sibéria e dos povos siberianos, pp. 16-17, e um quadro estatístico, p. 110, oferecem um quadro geral da complexa realidade regional. Os textos são particularmente interessantes na análise do choque cultural representado pela expansão russa, cf. pp. 64-79 e, especialmente o texto de D. Samsom, “Le bal des traîneaux rouges”, pp. 158-162



A oeste, e depois de prolongados conflitos, seria obtida, nos séculos XVII e XVIII, a reunificação das terras da antiga Rus (Kiev). Além disso, o Império anexaria novas formações estatais distintas, sociedades economicamente mais desenvolvidas e socialmente mais complexas e diferenciadas, incluindo-se uma parte considerável da Polônia (regiões de Varsóvia e Lodz), liquidada como Estado por mais de um século no processo de sucessivas partilhas com a Prússia e o Império Austro-Húngaro.

Finalmente, ao sul, a península da Criméia, o acesso ao mar Negro, o Cáucaso.

O Império e o Cáucaso

Os russos mantinham contacto e comércio com os povos caucasianos desde tempos muito antigos. Mas as intenções imperiais do Estado czarista começaram a se precisar sob Pedro, o Grande, quando uma primeira importante expedição foi organizada em 1722-1723, de incertos resultados. Durante todo o século XVIII, aliando-se com os povos cristãos da região, em conflito velado ou aberto com a Pérsia e com o Império Otomano, o Estado czarista consolidou interesses na região, tomou posições, tornou-se ator incontornável. Entretanto, foi só na primeira metade do século XIX que, progressivamente, os diversos povos do Cáucaso foram caindo sob seu controle formal (cf. mapa 3). A Geórgia central, anexada em 1801, com o assentimento de sua nobreza, inaugurou o ciclo. Seguiu-se a expansão, ainda na primeira década do século, para oeste e para leste, na direção do Negro (Abkhazia, em 1810) e do Cáspio (Baku, em 1806). Antes de 1830, em suas fronteiras atuais, basicamente, o conjunto da região caíra sob a dominação russa.

Do ponto de vista do Império, as novas terras encontravam-se além do Cáucaso, por isso as chamavam transcaucasianas. Antes de a elas chegar, portanto, era preciso deter uma chave, a Grande Cordilheira. E a chave desta encontrava-se em suas passagens. Até o século XX, havia apenas duas. No extremo oriente, junto ao mar Cáspio, uma estreita faixa de terra, nada segura, chegando a escassos seis quilômetros na parte menos larga. No centro, o desfiladeiro de Daryal. Para atravessá-lo, era importante o acordo dos ossetas, habitantes da região. Sendo cristãos, não foi difícil ao Estado czarista convertê-los em aliados. Entretanto, os demais povos eram muçulmanos, e permaneciam livres. Encontravam-se no caminho da expansão do Estado imperial czarista e não estavam convencidos de que ela seria um bem para eles. Ofereceram resistência e criaram problemas para os homens que vinham do norte.

Entre estes povos, destacavam-se, já então, os tchetchenos. Hostis à chegada e à penetração dos russos. Hábeis guerreiros, destemidos, intransigentes, soberbos. Cultivavam elevada auto-estima e tinham orgulho de sua identidade e apego à liberdade. Para o regime czarista, não passavam de fanáticos.

No final dos anos 20 do século XIX, a partir do vizinho Daguestão, espalhou-se um movimento político-religioso de resistência, com aspectos sociais e nacionais. Em 1832, numa grande ofensiva, o Estado czarista devastou a região e matou o líder dos rebeldes, Kazi Mulla. Daí a dois anos tiveram de voltar e conseguiram matar seu sucessor. Mas o sucessor do sucessor daria ainda mais trabalho. Chamava-se Chamil e já antes da década terminar inspirava respeito. Os russos levariam quase 25 anos para pôr a mão nele.

Diversas expedições, mobilizando milhares de homens, invadiram, devastaram e massacraram as montanhas, as florestas e as aldeias do Cáucaso. O cenário clássico deste tipo de guerra. De um lado, atacando, procurando o confronto aberto, soldados e oficiais bem armados, organizados em unidades regulares, estrangeiros na área, hostilizados pelo clima, pelas montanhas, pelas florestas. De outro, conhecendo cada palmo do terreno, cada vereda, adaptados, vestindo a cor do relevo, homens mal armados, em formações irregulares, evitando as batalhas, fustigando. Como observou um autor⁵, nos anos 40 o Império estava em paz, mas no Cáucaso havia guerra. Os tchetchenos não a ganhavam, mas o Tzar a perdia.

Durante a guerra da Criméia, entre 1853 e 1855, houve uma pausa. Um padrão: no verso da medalha, quando o Império se envolve em aventuras internacionais, há descanso na conflagração interna. No cárcere dos povos, é o tempo de curar as feridas e repousar. No reverso, a paz internacional gera as condições para o fatal ajuste interno de contas. Depois de humilhado na Criméia, o Exército czarista voltou ao Cáucaso para refazer o moral. Mais soldados. Novas táticas, baseadas no avanço meticuloso, em pinça, de colunas provenientes do leste e do oeste, na destruição sistemática, na transferência forçada de populações, na construção de fortificações para controlar as áreas “limpas”. Três grandes ofensivas, a partir de 1857, voltaram a infernizar a população das montanhas. Afinal, em abril de 1859, exausto, rendeu-se Chamil. Ainda faltava matar a rebeldia dos tcherkessos. Isolados, curvaram-se alguns mais tarde, em 1864. Um primeiro êxodo: a maioria, ao domínio czarista, preferiu partir, deixando aldeias e terras. Definitivamente.

E assim o Império silenciou o Cáucaso. Os montanhesees haviam sido dobrados, vencidos, mas não pacificados. E nem seriam assimilados⁶.

O Império multiétnico: o cárcere dos povos

Ampliado na direção de todos os pontos cardeais, o Império, como se observou, cedo passou a abranger dezenas de povos e uma babel de línguas, culturas e religiões, além de níveis extraordinariamente desiguais de desenvolvimento econômico e social.

Como lidar com tamanha diversidade? O quê de comum entre o judeu urbanizado do reino da Polônia e o caçador animista de rena do Grande Norte siberiano? Entre o alemão protestante do Báltico e o muçulmano xiita das margens do Cáspio? Entre o comerciante grego de Odessa no mar Negro, e o cossaco russo das estepes do Kuban? Entre o pequeno lojista armênio de Baku e o pescador khanti, na vertente oriental dos Urais? Entre o tchetcheno das altas florestas da Ichkeria e o iakute da Sibéria oriental? A relação de contrastes, brutais, poderia prosseguir indefinidamente. Mesmo entre os russos, com o tempo, nas vastidões dos espaços, as diferenças culturais se acentuaram: o quê de comum entre bandidos e revolucionários, os homens livres da Sibéria e os camponeses, descendentes dos servos das províncias centrais da Rússia, ou entre os rudes colonos da Ásia Central e os finos emigrantes das partes ocidentais do Império? Onde as pontes, capazes

⁵Cf. H. Seton-Watson, op. cit., pp 280 e segs.

⁶Sobre a expansão imperial czarista, especialmente no Cáucaso, cf. H. Seton-Watson, op. cit., pp. 438-445, 607-613 e 663-677; T. Kondratieva, “Avant le XVI siècle”; M. Ferro, “La formation de l’empire russe et soviétique”; Cl.Sergio Ingerflom, “La construction de l’Etat autocratique”, todos in M. Ferro (org.), op. cit., pp. 85-94; Andreas Kappeler, *La Russie, l’Empire multiethnique, Cultures et sociétés de l’est*. Paris, Institut d’études slaves, 1994, pp. 105-145 e 147-184 e M. Raeff, “Patterns of Russian Imperial policy toward the Nationalities”, in E. Allworth (org.) *Soviet Nationality Problems*, Oxford, Oxford University Press, 1971, pp. 22-42.

de cobrir os abismos existentes entre as elites cultivadas e ocidentalizadas que falavam francês em São Petersburgo e o mujique, em sua isbá, atravessado ainda pelas reminiscências ancestrais dos cultos pagãos⁷?

Em fins do século XV, depois da queda de Bizâncio, o monge Filoteu formulou uma constatação e um vaticínio: “ Duas Romas caíram, a terceira será Moscou e não haverá uma quarta”. Um brado, um *slogan*, um programa. E se todos se convertessem à ortodoxia? Não seria possível formar uma comunidade redimida numa única fé? A tentação rondará, desde o início, a expansão imperial tsarista. E fará parte de seus lemas triunfais: “Um Tzar, uma fé ...” Entretanto, também desde o início, já um pouco depois da queda de Kazan, o Estado reconheceria a inanidade da perspectiva de converter, pela força e/ou rapidamente, todos os súditos, sobretudo os de obediência muçulmana. Tal propósito, depois das dissidências religiosas do *raskol*⁸, no século XVIII, se tornaria insano, mesmo se limitado apenas aos russos. Assim, providências foram tomadas no sentido de assegurar autonomia cultural e religiosa aos povos sob dominação, particularmente aos muçulmanos.

A perspectiva uniformizadora, no entanto, foi retomada em outro registro. E, se pelo menos, todos falassem a mesma língua? E se, de “língua franca”, o russo se tornasse língua comum? O espectro da russificação generalizada, sobretudo no último terço do século XIX, habitará as mentes mais modernas, e as mais reacionárias, do Império. As exigências do desenvolvimento impunham máscaras comuns. Mas já o sábio N.I. Ilyminsky ponderava que a melhor maneira de cultivar a fidelidade ao Estado na mente “alógena” era exatamente a de persuadi-la na própria língua. Em outras palavras: os valores hegemônicos seriam transmitidos na língua vernacular de cada um. O Império coeso na exata medida em que soubesse enfatizar as diferenças, preservando a diversidade. De resto, se quisessem levar a russificação a sério, não se haveria de começar pelas elites imperiais, que se comunicavam em francês?

Ao longo de sua história, de modo geral, o Império tenderia a fazer prevalecer uma orientação respeitadora das particularidades de cada povo, de cada região, de cada cultura. O que passava por uma política de cooptação das elites nacionais, associando-as ao controle do Centro, viabilizando a perspectiva do *divide et impera*, tradicional nos processos de dominação simultânea de povos diversificados. Assim, aos métodos brutos, quase sempre inevitáveis em período de conquista, seguia-se a diplomacia hábil, a progressão gradual do poder, com uma paleta rica de cores, podendo ir da compra de territórios, ou dos acordos diversificados de submissão, a formas diferenciadas de protetorado ou à anexação pura e simples, mas quase sempre concedendo margens de manobra às tradições políticas locais. Assim, foi possível manter em convivência forçada povos, culturas e religiões tão diversos. O Estado, nestes parâmetros, reivindicava a submissão de todos, inclusive dos russos. O critério de excelência passava primordialmente pela lealdade e pela obediência ao Tzar, pelo respeito à legitimidade dinástica, independentemente das origens nacionais. Era necessário se curvar a um Estado, a um Tzar, não a uma nação.

Assim, é passível de equívocos a equiparação da expansão do Estado tsarista, propriamente “imperialista”, à expansão territorial dos Estados europeus ocidentais de fins do

⁷ M. Lewin - em *The making of the soviet system*, Nova York, Pantheon Books, 1985 - desenvolve uma penetrante análise da força dos mal chamados resquícios do atraso. Ver, também do mesmo autor: *Russia/USSR/Russia*, Nova York, The New Press, 1995, principalmente a parte I, “The hard nuts of Russian history”, pp. 1-94.

⁸ Nome russo, designa um movimento dissidente, de caráter religioso, que se insurgiu contra reformas na Igreja e no rito ortodoxos.

século XIX, realizada sob o signo da exportação e internacionalização do capital⁹. O Império czarista distinguiu-se dos processos aparentemente análogos ocorridos na área da Europa Ocidental (Inglaterra e França), não fundamentalmente pela questão da contiguidade geográfica, existente num caso e ausente nos demais, mas no fato de que o Império czarista, a rigor, não foi, jamais, um império russo, no sentido de que afirmava e garantia a superioridade da nação russa. De fato, os russos não alcançaram padrões superiores de desenvolvimento econômico-social, nem índices mais altos de instrução em relação a vários povos sob dominação, e isto é particularmente verdadeiro se se observa a situação dos povos ocidentais do Império. Além disso, e principalmente, não são considerados, nem podem se considerar, um povo de senhores entre povos submissos. A síndrome do sentimento de inferioridade, típica do colonizado do capitalismo ocidental avançado, tão comum entre povos africanos, asiáticos e americanos, não existiria entre os povos dominados pelo Império czarista. Poloneses, judeus, lituanos, estonianos, letões, georgianos, armênios, tártaros do Volga e outros povos de obediência muçulmana valorizavam e tinham em alta estima as próprias culturas. Muitos, inclusive, teriam, em relação aos russos, sentimentos de superioridade, o que só exacerbava a condição de estarem submetidos a Moscou. Curvavam-se perante o Estado muito mais pelo reconhecimento de uma precisa correlação de forças do que por um sentimento interiorizado de submissão.

A russificação pura e dura, embora muitos a preconizassem desde sempre, só predominou, paradoxalmente, na fase de maior progresso econômico, a partir de meados do século XIX. Tratou-se de um derivado da modernização capitalista, criando o encanto ilusório da possibilidade da uniformização. Em certa historiografia russa, inspirada pelas Luzes, medrou a idéia de que o Império czarista era um império russo, à semelhança dos que se constituíram na Europa Ocidental. Não deixa de ser natural que esta versão tenha sido assumida, em larga medida, pela historiografia das sociedades capitalistas avançadas, sempre à procura de “exemplos” que concretizassem sua particular experiência, pensada como universal. Ora, a adoção do modelo “russificante” acabou sendo contraproducente à estabilidade do próprio Império, não sendo estranha à generalizada rebelião de povos que, se aceitavam, sobretudo através das elites, a superioridade do poder estatal czarista, não estavam dispostos a aceitar a superioridade civilizatória dos russos. Afinal, no cárcere dos povos, no qual se havia transformado o Império, os russos também estavam no cativeiro e, como tal, dificilmente podiam ser reconhecidos como senhores.

O Império e as revoluções

No Cáucaso, o Império, desde o início, dispôs de um grande trunfo: os povos cristãos, potenciais aliados. Os ossetas, como já se observou, garantiram a passagem pelo desfiladeiro de Daryal, chave indispensável da Grande Cordilheira. No sul, georgianos e armênios tinham fundadas razões históricas para temer otomanos e persas, além dos muçulmanos da própria região. Para eles, os exércitos czaristas traziam a presença do Ocidente e a proteção da Fé comum contra o Oriente, o Infiel, o concorrente, o inimigo. A convergência de interesses aproximou naturalmente as elites cristãs do czarismo. Viabilizava-se a hipótese de alianças duradouras. Teria sido possível, e o foi, enquanto prevaleceram orientações flexíveis, de acordo com a sólida experiência do Estado czarista,

⁹A defesa da tese de que houve uma indevida assimilação da expansão do Estado czarista à dos Estados da Europa Ocidental encontra-se em A. Kappeler, op. cit., especialmente pp. 273-278. Paris

apto a reconhecer autonomias culturais e religiosas locais, desde que mantidas a ordem e a estabilidade. Sem esquecer o tributo e as prestações do serviço militar, em caso de perigo.

Não era o caso dos muçulmanos. Mesmo a relativa autonomia era vivida como marginalidade. A paz imposta para eles não passava de pausa. Aguardando condições propícias, esperavam, hostis, sobretudo os povos das montanhas.

Neste quadro, a ilusão modernizante da política de russificação teve efeitos desastrosos. Não resolvendo os problemas sociais, desgastou as elites. Corroeu a aliança com os cristãos e aprofundou o abismo com os muçulmanos.

Assim, quando veio o tempo das revoluções, no começo do século XX, os russos voltariam a ouvir falar dos povos caucasianos.

A primeira, a de 1905, foi precedida e estimulada por importantes movimentos na região, combinando aspectos nacionais e sociais. Entre os armênios e os georgianos, partidos revolucionários assumiram a direção das lutas políticas. Quanto aos muçulmanos, apesar das tendências racistas anti-armênias, explodindo aqui e ali em banhos de sangue, esboçou-se, no quadro das elites intelectuais, um pan-islamismo democrático e autonomista.

As fraturas evidenciadas, e não apenas no Cáucaso, foram de tal forma importantes, que passou a ser cada vez mais difícil, para os próprios revolucionários russos, imaginar uma revolução que, de alguma forma, não integrasse os assim mal chamados povos não-russos. Até mesmo alguns marxistas, tão distantes, em princípio, da problemática nacional, atribuída por eles a um período histórico que estava sendo vencido, passaram a se interessar pela “questão”. Alguns chegaram mesmo a formular propostas ousadas a respeito do assunto¹⁰.

A segunda revolução, é verdade, foi resolvida basicamente pelos russos. De fato, em fevereiro de 1917, a insurreição na capital do Império, Petrogrado, derrubou, surpreendentemente, o regime czarista. Mas gerou desdobramentos imprevistos, fundados num mal entendido: enquanto o Governo Provisório, promulgando a liberdade e a igualdade dos direitos civis, imaginava ter resolvido a “questão”, os não-russos, exercitando os direitos recém-conquistados, entenderam que chegara exatamente o momento de aprofundar a agitação da mesma. . As premissas jurídicas da liberdade e da igualdade criaram as condições para que o fato nacional se revelasse em toda a inteireza, e com toda uma carga explosiva, que era a sua. Assim, o problema, como cedo se veria, em vez de resolvido, apenas se agudizara. Convidados a sair de cena, os povos “periféricos”, numa espécie de cambalhota, retornavam e pareciam não apenas desejar continuar na cena, mas ocupar mesmo o centro do palco.

Ao longo dos meses, a partir de fevereiro, diante de governos que se sucediam, igualmente incapazes de dar conta dos gravíssimos problemas da guerra e da reorganização política e constitucional do Império, numa atmosfera de colapso e desagregação, os movimentos nacionais tomaram o freio nos dentes e radicalizaram programas e reivindicações.

No ocidente, onde eram mais estruturados historicamente e, nos territórios já ocupados, contando com o apoio ativo dos exércitos alemães, interessados no desmembramento do inimigo, a idéia da secessão amadureceu mais rapidamente. Assim, poloneses, lituanos, finlandeses, romenos

¹⁰V. I. Lenin destacou-se neste sentido, provocando escândalo na ortodoxia marxista social-democrata. Cf., entre inúmeros textos, “Thèses sur la question nationale” e “Lettre à Chaoumian”, in *Oeuvres Complètes*. Paris/Moscou, Ed. Sociales/Progrès, 46 vols. 1966-1972, vol. 19, pp. 255-263 e 535-538; “Notes critiques sur la question nationale” e “Le prolétariat révolutionnaire et le droit des nations à disposer d’elles-mêmes”, in *Oeuvres Complètes*, op. cit., vol. 20, pp. 9-45 e vol. 21, pp. 423-430.

da Bessarábia, uma parte ponderável dos ucranianos e até mesmo os bielorrussos constituíram organizações, formaram assembléias, e exigiram, numa progressão, autonomia, autogestão, independência. A parte ocidental, culturalmente mais próxima da Europa, mais avançada socio-economicamente, anunciava intenções separatistas.

Mas o oriente e o sul também se mobilizavam. Em maio de 1917, ocorreu, em Moscou, um congresso pan-russo de muçulmanos, retomando, ainda aqui, a tradição da Liga Muçulmana, de 1905. Os delegados aprovaram um programa federalista e, num gesto ousado e inédito, no contexto do movimento islâmico, a igualdade entre os sexos. Em julho, um segundo congresso, em Kazan, enfatizou questões sociais e propôs a organização de uma Assembléia Nacional de Muçulmanos: o espectro da secessão.

O redemoinho da agitação chegou igualmente aos chamados “pequenos povos do Volga”. Também reunidos em congresso, chuvaches, cheremissos, votiaks, mordvos, zyrienes, kalmuks, entre outros, com suas reivindicações linguísticas e culturais, exigiram ingresso na História. O mesmo ocorreu na Ásia Central: delegados kazaks reuniram-se em abril e formaram, pouco depois, um partido político, o Alich Orda. No Turquestão estruturou-se um Conselho Central Muçulmano. Na Quirguízia, reivindicou-se o retorno do controle local sobre pastagens perdidas para colonos russos. Na longínqua Sibéria, uma Duma buriata e um Comitê yakute formularam reivindicações culturais e linguísticas.

No Cáucaso, o Comitê Extraordinário, criado pelo Governo, como em toda a parte, não conseguia resolver os ordinários problemas da terra, das humilhações nacionais, da distribuição da riqueza. Desgastou-se e reatualizou, potencializadas, as demandas não atendidas em 1905.

Na Geórgia, os mencheviques assumiram a liderança de um programa social e nacional, onde se previa a idéia da independência nacional. Entre armênios e azeris, afirmaram-se, largamente, os partidos nacionais revolucionários¹¹.

Os povos da Grande Cordilheira, naturalmente, não iriam ficar imunes ao vírus da rebelião. Conselhos Nacionais formalizaram a criação de uma Liga que chegou a organizar dois congressos. No verão de 1917, soprava pelas montanhas, novamente, a hipótese de uma guerra nacional de resistência contra os russos: o fantasma redivivo de Chamil.

Assim, quando a terceira revolução russa, em outubro de 1917, formulou, logo depois de vitoriosa, a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, onde se previa, explicitamente, o direito à autodeterminação e, conseqüentemente, à secessão, houve uma enorme expectativa de que chegara, para todos, o momento da consagração jurídica da libertação nacional.

As eleições para a Assembléia Constituinte, realizadas ainda em novembro, atestaram a força e o enraizamento dos partidos nacionais. Numa proporção variável entre 60 e 95%, ucranianos, kazaks, georgianos, armênios, judeus e muçulmanos votaram por eles. No cômputo geral, os partidos nacionais, em conjunto, alcançaram cerca de 22% de votos. O único partido russo a conseguir, em determinadas regiões ocidentais do Império, uma votação apreciável, foi o bolchevique, exatamente por ter sido o que se comprometera, aberta e formalmente, com o direito dos povos à autodeterminação e à secessão.

Entretanto, muito rapidamente, decantou-se em outro sentido o processo revolucionário. Em janeiro de 1918, com a dissolução da Assembléia Constituinte, os partidos nacionais perderam o único fórum de âmbito global onde podiam organizar pressões institucionais e formular propostas de

¹¹Para o movimento nacionalista revolucionário, cf. H. Seton-Watson, op. cit., “The nationalist movements”, pp. 607 e segs e “Nationalism”, pp. 663 e segs.

organização. Em seguida, em março, a paz de Brest-Litowsk, consagrando a separação e a independência de algumas regiões ocidentais decisivas (Polônia, Finlândia, Estados bálticos, Ucrânia ocidental), amputava o movimento nacional dos núcleos historicamente mais consistentes e mais dinâmicos. Por outro lado, pelo menos num primeiro momento, tratava-se no mínimo de uma independência problemática, já que nascia sob protetorado alemão o que, em certa medida, deslegitimava o processo, podendo-se questionar a sua autenticidade. Sobretudo, o que não era raro, quando determinadas elites descobriam-se uma vocação nacionalista depois de décadas de colaboração ativa com o Estado czarista. Finalmente, com a eclosão da guerra civil, em julho de 1918, a polarização entre “brancos” e “vermelhos” estreitou e praticamente anulou a margem de manobra dos movimentos e partidos nacionais. Entre os “brancos”, comprometidos com a restauração do Antigo Regime, e os “vermelhos”, que se mantinham favoráveis à autodeterminação dos povos, prevaleceu o apoio aos segundos, embora subsistissem, claramente, dúvidas e temores em relação às concepções bolcheviques, centralistas e referenciadas principalmente na luta de classes.

Cedo se veria que não eram desconfianças infundadas.

Com efeito, ainda no curso da guerra civil, o primado do Centro e de suas organizações, o Partido, o Exército, a Polícia Política, iria num crescendo incontestável. Os bolcheviques acentuavam o caráter social da revolução e afirmavam, dialeticamente, que a questão nacional, no âmbito de uma república socialista federativa, teria o máximo reconhecimento, floresceria sem entraves e... tenderia ao desaparecimento gradual. Da mesma forma deveria ser interpretada a exacerbação da força do poder estatal, algo transitório, destinado a fenecer, tão logo domados ou destruídos os inimigos da revolução. O importante era realizar as grandes reformas sociais, golpear as elites reacionárias, extirpar a exploração. No mundo de trabalhadores que iria emergir, a fraternidade e a igualdade teriam mais força como valores identitários que as limitadas raízes nacionais.

Para os movimentos nacionais, a generosa doutrina freqüentemente oferecia problemas de interpretação. Continuavam a trabalhar com as consagradas reivindicações e imaginavam que as questões da autodeterminação e da secessão, conforme promessa solene, programática, iriam passar por um processo de decisão através do sufrágio universal e do voto secreto. Mas os bolcheviques, consolidados no poder, argumentavam que o direito à autodeterminação não era etéreo. Nas novas circunstâncias, tratava-se do direito dos trabalhadores se autodeterminarem e que seria impensável que os trabalhadores preferissem separar-se de um Estado socialista para voltar a viver sob exploração de elites insaciáveis. Quanto à secessão, era um direito reconhecido, sagrado, mas, segundo Lenin, em inspirada comparação, assim como o direito ao divórcio não implica em obrigação de separação, o direito à secessão também não constrange, nem obriga, à secessão.

As propostas bolcheviques tenderam a prevalecer: aliavam à força do argumento o argumento da força. Onde e quando a persuasão não fosse convincente - como foi freqüentemente o caso, como, por exemplo, na Ucrânia e no Cáucaso -, seria feito apelo à força bruta, na forma do exército vermelho ou da polícia política.

Assim foi liquidado o exército “ negro” anarquista na Ucrânia, impondo-se o exílio aos seus líderes. E revogada a independência da Geórgia, embora proclamada por um governo nacional eleito e internacionalmente reconhecido. Por toda a parte, sob pressão do governo revolucionário, foi silenciada a dimensão política da questão nacional.

. Em fins de 1922, quando se constituiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao lado da República Socialista Russa, apareciam, formalmente iguais em direito, as repúblicas socialistas da Ucrânia, da Bielo-Rússia, e da Transcaucásia, esta última uma criação tão artificial que foi preciso utilizar a violência contra os próprios bolcheviques georgianos, o que escandalizou até mesmo a Lênin que, já doente, ainda reuniu forças para protestar...

Em resumo, a revolução socialista, onde fora possível, onde sua força tornara possível, mantivera as fronteiras do Império, amputadas apenas as “periferias” ocidentais (Finlândia, Polônia, Estados bálticos e Bessarábia) porque assim impuseram as circunstâncias objetivas da correlação de forças. Surgia uma nova história numa antiga geografia¹².

Socialismo e questão nacional: os anos 20

No início dos anos 20, as políticas do poder revolucionário passaram a ser condicionadas pelos termos da chamada Nova Política Econômica (NEP). Um acordo a que se renderam os bolcheviques, pressionados pelas massas dos campos e das cidades, exaustas pelos rigores impostos pela guerra civil. Previa-se liberdade econômica para os camponeses, restabelecendo-se, ao mesmo tempo, mecanismos de mercado, devidamente controlados pelo Estado, se ultrapassados certos limites. Entretanto, do ponto de vista político, as instituições mantinham-se sob severo controle. Ninguém poderia nutrir dúvidas a respeito, depois da destruição da quarta revolução russa, em fevereiro/março de 1921, protagonizada pelo movimento dos marinheiros de Kronstadt.

Em síntese, liberdade econômica e ditadura política, este o pacto proposto pelo socialismo soviético nos anos da NEP.

Como lidar, nestes parâmetros, com a babel de povos e nações involuntariamente reunidas no interior da URSS?

Antes de tudo, é preciso não esquecer que, emergindo da guerra civil, destruída e exausta, a URSS era um país esmagadoramente constituído por camponeses e marcado pelo mundo rural. Já assim era no tempo do Império czarista, antes da I Grande Guerra. O fenômeno acentuara-se apenas com a desagregação geral promovida pela Guerra Civil. Reconhecendo as reivindicações camponesas básicas - terra, e liberdade de produção e comercialização - o governo apostava conseguir, em troca, estabilidade política. Ora, sendo os povos não russos muito mais ruralizados do que o povo russo, esta era uma proposta que, pelo lado social, visava atraí-los.

Mas o governo revolucionário não era tolo e não desconhecia a importância-chave da questão nacional. Os bolcheviques, inclusive, como já se observou, destacaram-se, antes da revolução, e sobretudo depois de 1905, entre os que mais haviam refletido, e elaborado propostas, a respeito do assunto. Não apenas, como alguns querem simploriamente fazer acreditar, por barato oportunismo, mas por terem capacidade de reconhecerem questões politicamente relevantes.

Em troca da ordem política, os bolcheviques estavam dispostos a conceder a mais larga autonomia linguístico-cultural. E assumiram a orientação, como de hábito, com a maior consequência política. Ao longo dos anos 20, e muito rapidamente, todo um complexo de

¹²Para a trajetória da questão nacional no quadro das revoluções russas, cf. M. Ferro, *La Révolution de 1917*. Paris, Aubier-Montaigne, 1967-1976; e, do mesmo autor, *Des soviets au communisme bureaucratique*. Paris, Gallimard-Julliard, 1980; R. Pipes, *The formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923*, Cambridge/ Mass, Cambridge University Press, 1964; A. Kappeler, op. cit., pp. 279-311.

instituições foi estabelecido com o objetivo de preservar e desenvolver as culturas nacionais na URSS. Descentralização das políticas públicas não-estratégicas, recurso intensivo à língua materna na administração, nos meios de comunicação, e em todos os níveis do ensino, mesmo para povos sem território, como, por exemplo, os judeus, dicionarização de línguas orais, expansão do teatro e da literatura, formação intensiva de quadros dirigentes locais, combate explícito ao nacionalismo grande russo.

A cultura não estava, naturalmente, dissociada da política. Assim, a dicionarização em alfabeto latino das línguas dos povos da Ásia Central representou um golpe estratégico nas elites tradicionais muçulmanas que faziam da manipulação do alfabeto árabe um instrumento decisivo de poder. Da mesma forma, e pelos mesmos motivos, saíram enfraquecidas as elites budistas. E do mesmo modo, a criação de línguas literárias para povos de tradição oral possibilitou a emergência de novas elites associadas ao poder revolucionário, alternativas aos sábios e chefes tradicionais.

Não se revogou explicitamente o direito à secessão. Mas houve um pacto implícito: ele ficaria no papel, mas de lá não sairia. Em compensação, foi criada toda uma estrutura, extremamente engenhosa e complexa, de níveis político-administrativos: repúblicas socialistas, repúblicas autônomas, territórios autônomos. Em cada nível, postos, cargos, posições de poder, à espera de uma participação que não faltaria. Neste sentido, o recorte de fronteiras foi extraordinariamente eficaz. Em nome do reconhecimento das identidades, e da necessidade de atribuir um território a cada uma, o Estado privilegiou particularidades, instaurou enclaves, subdividiu e reagrupou, multiplicou e dividiu, fragmentou.

Neste sentido, aproveitou-se toda a tradição de domínio flexível desenvolvida, ao longo da história, pelos melhores quadros do Império czarista. O *divide et impera*, a veiculação dos valores hegemônicos por meio das culturas locais, o enfraquecimento de contra-elites, conservadoras ou/e alternativas.

Seria muito simplório querer reduzir este processo a uma política unilateral e maquiavelicamente formulada pelo Centro que, em seguida, cooptou elites locais emergentes ávidas e corruptas. Na verdade, houve todo um processo de co-(e)laboração, pactuado, no qual participaram ativa e conscientemente os nacionais não-russos. Com resultados inéditos e impressionantes, medidos por uma série de indicadores: declínio da proporção de russos no Partido, aumento brutal da proporção de nacionais nas estruturas de poder das repúblicas e territórios: escola, saúde, justiça, Estado, Partido, meios de comunicação. Espaços reais de poder disponíveis. Em troca: a preservação da ordem e a estabilidade política.

Josef Stalin resumiria a fórmula do sucesso: que a cultura seja nacional na forma, socialista no conteúdo. Estaria consciente do fantasma do sábio Ilymink? A forma nacional como veículo, os valores socialistas, hegemônicos, como conteúdo. Os que entendessem ter idéias próprias a respeito dos valores, ou, pior ainda, os que pretendessem veicular valores alternativos, teriam de se haver com a força do poder revolucionário: o expurgo de Sultan Galiev, já em 1923, atesta os limites do compromisso proposto.

E assim, nos anos 20, a União Soviética, rompendo com o Império, recorreria a mecanismos de coesão, cujo êxito já atestara a Tradição. Florescimento cultural nacional e local num quadro de fidelidade ao Estado e à Ordem. Valores hegemônicos, veículos locais. Nações culturais, Estado supra-nacional. A legitimidade dinástica cedia lugar à legitimidade soviética,

revolucionária. Em comum: o caráter supra-nacional. Redefinido em seus critérios e filosofia, redivivo e revitalizado, o Império criava condições para expandir-se novamente¹³.

Modernização, revolução pelo alto e questão nacional

O Acordo da NEP teve eficácia comprovada. Em meados dos anos 20, a URSS podia exibir índices sócio-econômicos comparáveis aos anteriores à I Grande Guerra. Considerando-se a ruína em que se convertera o país depois da Guerra Civil, era uma proeza. As nações da URSS, embora limitadas politicamente, nunca haviam disposto de um sistema tão estimulante, do ponto de vista da vida cultural. Toda uma literatura feita de nostalgia sobre os “anos de ouro”, a propósito da época, não evidencia apenas um desvio de perspectiva, comum nestes casos, devido ao período de horrores que veio em seguida, mas também as potencialidades inscritas num pacto que tinha, intrinsecamente, uma dinâmica de abertura, democratizante, apesar de graves desajustes não sanados, inquietantes, como o desemprego e a existência persistente de bolsões de miséria. Não foi por outra razão que alguns tentaram mesmo fazer da NEP um sistema, uma estratégia alternativa de construção do socialismo, baseada numa ampla aliança popular, respeitadora das tensões, das particularidades e dos ritmos de tempo e de lugar. Se prevalecesse esta proposta, seriam claras as implicações favoráveis para o tratamento e encaminhamento da questão nacional.

Mas não prevaleceu.

Em seu lugar, venceu um mal-estar insuportável, vivido pela grande maioria do Partido. Como entender a submissão de um projeto de futuro (socialismo) e de um partido da ciência (comunismo) ao domínio do passado e ao reino da empiria (sociedade camponesa)? A submissão da classe da sociedade sem classes (operária) à mesquinha da pequena propriedade (camponesa)? A do plano consciente da igualdade à desigualdade resultante do caos inevitável dos mecanismos do mercado? A de uma proposta internacionalista ao triunfo das particularidades nacionais?

Venceu o mal-estar. E para aplacá-lo, em nome do socialismo, ou seja, do que os bolcheviques tinham de mais essencial, desencadeou-se uma nova revolução, desta vez pelo alto, modernizante, brutal como o exercício da vontade sem limites. A desmedida¹⁴.

A coletivização da terra, a industrialização acelerada, o plano centralizado, eixos da nova revolução, foram desastrosos para todos os povos da União Soviética, particularmente para os não-russos. Povos agrícolas, sofreram os rigores da coletivização. Quando nômades, os da sedentarização. Religiosos, os das furiosas campanhas ateístas. Nacionais, os de um novo credo internacionalista: a amizade dos povos soviéticos, o patriotismo soviético, o *homo sovieticus*.

Com efeito, no processo de modernização, uniformizador, não haveria mais espaço para cultivar identidades particulares. Nesta atmosfera a política das nacionalidades dos anos 20 ficou sem ar. Atrofiou-se numa caricatura, numa fachada, a do federalismo soviético. Recuperou-se o

¹³Para as relações do jovem Estado soviético com a questão nacional, cf. H. C. d'Encausse, *L'Union Soviétique de Lenine à Staline, 1917-1953*. Paris, Richelieu-Bordas, 1972; E. H. Carr, *La révolution bolchévique*, 3 vols., Minit, 1969-1974; e A. Benningsen e Ch. Lemerrier-Quellejray, *Sultan Galiev: le père de la révolution tiers-mondiste*. Paris, Fayard, 1986; G. Haup, M. Lowy e C. Weil, *Les marxistes et la question nationale, 1848-1918*. Paris, Maspero, 1974. Tem sido bastante esclarecedora a publicação de documentos, antes confidenciais, sobre esta e outras questões. Cf. N. Werth e G. Moullec, *Rapports secrets soviétiques, 1921-1991*. Paris, Gallimard, 1994.

¹⁴A expressão em francês - *la démesure* - foi utilizada por M. Lewin na caracterização dos frenéticos ritmos dos planos quinquenais in *The making of...*, op. cit.

alfabeto cirílico para as línguas não russas, a orientação russificante para todos os povos, o ensino obrigatório da língua russa. O inimigo principal já não era o nacionalismo grande russo, opressor, mas o nacionalismo local, desagregador. Neste sentido, até a história do tzarismo passou a ser reescrita. Se, nos anos 20, ela fora apresentada como um mal absoluto, opressor, progressivamente, passaria a ser considerada como um mal relativo, ou, numa versão mais favorável, como um mal menor, até que alguns concluíssem que, de fato, e no final das contas, tinha sido um bem¹⁵.

E assim, no salto apocalíptico para o futuro, reproduziram-se os excelentes mecanismos da conhecida fé(bre) progressista. Nos anos 90 do século XIX, tratava-se de alcançar o padrão dos estados capitalistas europeus. Agora, tratava-se de superá-los, e alcançar o do socialismo internacional. Para as nações da URSS, inclusive para os russos, Revolução e Tradição, embora com objetivos e rótulos diferentes, pareciam dar-se estranhamente as mãos. Em nome da Modernização. Pagaram todos com os tributos habituais: desterro, exílio, morte.

Com a invasão alemã, em 1941, evidenciou-se, na débil resistência, na neutralidade, ou, mais raramente, na simpatia ativa pelo invasor, o desconforto e o desespero dos povos que não se queriam soviéticos. Entretanto, o nazismo não previa em seus planos nenhum espaço para eles. Teriam que ser simplesmente eliminados. A consciência do perigo, a luta pela sobrevivência, associadas a uma política novamente flexível do Estado soviético, como no período da guerra civil, reorientou o processo contra o nazismo.

Mas o Estado soviético não perdoaria a dúvida. Já em 1943, no processo de liberação do Cáucaso, povos inteiros, acusados de colaboração com o inimigo, responsabilizados coletivamente por ela, seriam deportados. Reatamos aqui, como já se sabe, a história dos tchetchenos e da Tchetchênia, traidores, Calabares. Outras nações, maiores, deveriam apenas a seu tamanho o não terem recebido a mesma pena.

Depois da II Guerra Mundial, vitoriosa, a União Soviética conheceu um auge no movimento expansionista. Nova diástole: recuperou-se a fronteira do Império tzarista (o oriente da Polónia, os estados bálticos, a Bessarábia) e, além, novos territórios, nunca ainda conquistados: a parte oriental da Galícia, o norte da Bucovina, a Ucrânia subcarpática, o norte da Prússia oriental. Sem contar os países da Europa Central, onde a presença do Exército soviético garantiu uma evolução segura e gradual no sentido da satelização. Recentrada a ocidente, a URSS viveu um período de intensa russificação, que durou até a morte de Stalin, em 1953. Os russos, como no passado, embora relativamente privilegiados, continuavam longe de se saber, ou de serem considerados, um povo de senhores. No cativo comum, eram todos soviéticos¹⁶.

¹⁵A metamorfose seria elaborada por Edward Chevarnadze, citado por H. C. d'Encausse, op. cit., p. 355, nota 33.

¹⁶Para as relações entre a revolução pelo alto e os povos não russos, cf. A. Nekrich: *Les peuples punis*. Paris Maspero, 1979; R. Conquest, *The great terror*, Londres, Macmillan, 1968; R. Medvedev, *Le stalinisme*. Paris, Seuil, 1972.

Reforma e estagnação: a dialética da desagregação do Império

O processo de modernização, apesar de desigual e limitado, mudou profundamente a sociedade e as condições de vida, tornando a União Soviética um país industrializado, instruído, urbanizado, a segunda potência mundial, um dos pólos em torno dos quais gravitavam as relações internacionais. As novas circunstâncias e necessidades de toda ordem fizeram obsoletos os métodos de governo e de gestão dos anos 30 e 40, incompatíveis com a sobrevivência e dinamismo do sistema. E no entanto, apesar de tudo, correspondiam a interesses constituídos, secretados, em grande medida, pela própria evolução anterior.

Mas era preciso mudar. O debate sobre o caráter, o rumo e a natureza das mudanças apontava o caminho das reformas. Um consenso. Mas não eram questões simples, pois as mudanças tinham um potencial desestabilizador imprevisível. Ameaçavam. A tensão entre estas duas orientações faria a União Soviética oscilar desde os anos 50 entre reforma e estagnação.

No âmbito da política de nacionalidades, afirmou-se, contudo, desde a desestalinização, uma flexibilidade maior. Não foi possível recriar as condições dos anos 20, mas as tendências dominantes eram no sentido da abertura, distanciando-se da rigidez e do centralismo típicos da revolução pelo alto. Revalorização das línguas e das culturas nacionais, propostas descentralizantes, formação de quadros locais, com transferência de responsabilidades e promoções, e reabilitações, o sistema parecia inclinar-se novamente para atitudes de maior tolerância.

Datam desta época, no contexto do degelo, em meados dos anos 50, as autorizações para o retorno de algumas nacionalidades deportadas, entre as quais os tchetchenos e os kalmuks. O mesmo, porém, não aconteceu com os tártaros da Criméia e com os alemães do Volga, ou com os meskhets, provavelmente porque o retorno destes agudizaria tensões inter-étnicas indesejáveis.

Mas as novas orientações nunca chegaram a se consolidar. É verdade, o Terror, como política estatal, como método sistemático, parecia definitivamente superado. O que não significava a ausência, no curto prazo, de medidas mais ou menos repressivas, segundo as circunstâncias, as ações dos “dissidentes” e as opções das eventuais direções políticas.

O pêndulo balançava, instável: períodos de certa tolerância, surtos de repressão. As margens não eram muito bem definidas, nem os abismos. Nem sempre era possível delimitar com precisão onde acabavam umas e começavam os outros. Cultivar valores nacionais (sim), mas evitar o chauvinismo estreito (não). Não confundir nacionalismo (sim) com chauvinismo (não). Praticar o internacionalismo (sim). Sem cair no cosmopolitismo (não), associado ao sionismo (não), que era preciso combater (sim), mas sem confundí-lo com o anti-semitismo (não). A realidade oscilava, movediça.

Nos anos 70, por exemplo, houve denúncias e campanhas intermitentes contra o demônio do nacionalismo na Ucrânia, na Geórgia, no Usbequistão, na Quirguízia, no Turcomenistão, no Tadjiquistão, no Azerbaidjão, na Letônia, na Moldávia, entre outras repúblicas. Parecia uma hidra, por mais que rolassem cabeças (agora, em sentido metafórico), estavam sempre renascendo. Uma doença incurável. Uma verdadeira maldição.

Houve um momento em que se cogitou de fazer do russo a segunda língua materna. Estimularia o patriotismo soviético. Ora, se era possível compreender a necessidade do russo como “língua franca” no interior da URSS, e de sua importância para galgar postos nos setores diversos da Administração e do Estado, tornava-se cada vez mais difícil associar o seu aprendizado à prática

do internacionalismo proletário. O grande problema, subjacente, é que persistiam as tradicionais desigualdades nacionais, e os russos não se afirmavam na condição de *primus inter pares*.

Assim, segundo as estatísticas do início dos anos 80, pelos menos dez povos detinham um percentual de estudantes superior ao dos russos, entre eles, povos do Ocidente, naturalmente, mas também, o que surpreendeu, da Sibéria e da Ásia Central, como os buriatas, os iakutes, os kazaks. Sem falar nos persistentes desníveis econômico-sociais que, apesar das virtudes *soit-disant* uniformizadoras dos Planos Quinquenais, continuavam a marcar a União Soviética, surgindo em situação de relativo privilégio as nações ocidentais, principalmente os países bálticos. Um outro fator subversivo, apontado por demógrafos, residia na explosão populacional entre os muçulmanos, contrastada com o declínio das taxas de nascimento entre os russos. Desequilíbrios.

No começo dos anos 80, embora a Constituição aprovada em 1977 assegurasse que a URSS atingira o estágio de “sociedade socialista desenvolvida”, constituindo uma “comunidade histórica de tipo novo”, e que o campo socialista formava uma “família de povos profundamente ligados e marchando para um mesmo fim”, pipocavam por todo o lado reivindicações nacionais: direito à emigração (judeus e alemães do Volga), denúncia de processos expeditivos de russificação (estonianos e georgianos), retorno aos territórios de origem (tártaros da Criméia e, novamente, os alemães do Volga), reclamações e críticas contra as taxas demasiadamente altas de emigrantes russos (estados bálticos), exigência de valorização das culturas nacionais (povos do Cáucaso), a lista poderia ainda se alongar, mas já basta para atestar a vitalidade e a força da questão nacional.

Novas reformas, mais profundas, poderiam enfrentar e resolver a questão?

Quando Mikhail Gorbachev assumiu o comando do Partido, em março de 1985, sua ascensão foi vinculada a um novo processo de reformas, um novo degelo, amadurecido desde meados dos anos 70. Atualmente, quase cinco anos depois da desagregação da URSS, tentados pela história retrospectiva, muitos imaginam que, desde a sua posse, já estivessem embutidos todos os acontecimentos que se desdobrariam posteriormente. E mais: tende-se a atribuir, ou a associar, de alguma forma, um amplo programa de reformas à figura carismática do líder. E o personagem Gorbachev engrandece-se, na linhagem dos grandes reformadores russos.

O quadro, analisado com mais cuidado, não pareceria tão claro. Ainda é muito cedo, naturalmente, para que se possam chegar a conclusões definitivas. Mas é evidente que o processo de mudanças na União Soviética não foi nem claramente concebido, muito menos executado. Nos primeiros meses, a campanha maior do governo Gorbachev teve como aspecto central o combate ao consumo da vodca. E o grande lema, hoje quase esquecido, era “aceleração” (*uskorienie*), ou seja, mobilização intensiva de todos os recursos para obter ganhos na produção. Um reformismo pouco ambicioso e cauteloso, na tradição de um Iuri Andropov, ex-secretário geral do Partido, de quem Gorbachev fora fiel assessor.

Um pouco mais tarde, constatando-se que nada se acelerava, nem mesmo o declínio do consumo de vodca, projetou-se um novo termo que se tornaria internacionalmente conhecido: *perestroika*, ou seja, reestruturação, que daria o título da primeira e mais importante sistematização dos pensamentos do líder soviético, um livro que se tornou *best-seller* mundial. Associada à outra palavra que se tornou igualmente célebre, a *glasnost* (publicização dos atos da administração pública), a política impulsionada pelo Centro, sem dúvida, modificou, e radicalmente, a atmosfera política na União Soviética, mas não conseguiu definir um programa viável de transformações sociais e econômicas. Alcançou, certamente, notáveis sucessos nas relações internacionais, pelo clima de distensão criado, e pelo progresso obtido numa série de questões delicadas (conflitos regionais,

desarmamento, etc.). Mas o poder soviético não foi capaz, por lhe faltarem clareza de objetivos e/ou de métodos, de vencer as resistências do sistema que desejava reformar. Assim, a *perestroika/glasnost* foi caindo docemente no caos e, em oscilações bruscas, desembocou na *raastroika* (desagregação).

No plano da questão nacional, foi flagrante a incapacidade do poder. Na obra de Gorbachev, as referências ao assunto são escassas. Como se fosse um tema menor. Nada mais do que algumas linhas, banalidades, exprimindo a profunda subestimação do assunto e de seu caráter explosivo, reconhecida, aliás, mais tarde, autocriticamente, pelo próprio Gorbachev.

Desde fins de 1986, quando demitiu o dirigente máximo do Partido Comunista no Cazaquistão, um kazak, substituindo-o por um russo, o Centro demonstrou desconhecimento e insensibilidade em relação ao assunto. As conseqüências não se fizeram esperar e vieram sob a forma de manifestações violentas. Inaugurou-se um novo ciclo ascendente de reivindicações nacionais. Ironicamente, o próprio governo o provocara, é certo que de forma involuntária.

No começo do verão do ano seguinte, sempre inconformados com a deportação dos anos 40, os tártaros da Criméia organizaram grande manifestação em Moscou, exigindo o retorno aos seus territórios de origem. Por sobre as gerações, a identidade nacional evidenciava seu vigor.

Em 1988, o processo tornou-se mais sério com a explosão do conflito entre armênios e azeris pelo controle do Alto-Karabak, desdobrando-se em massacres e luta armada. Também a partir deste ano, do outro lado da União Soviética, vieram à luz do dia as Frentes Nacionais nos países bálticos. Setores moderados limitavam-se ainda a reivindicar autonomia cultural, mas já apareciam vozes radicais, ousando colocar claramente as questões da soberania e da independência nacional. Na Moldávia, os romenos queriam reabrir a questão da anexação, depois da II Guerra, e exigiam o retorno do alfabeto latino. Na Ucrânia ocidental, reemergia a Igreja Uniata, reconhecida oficialmente. Até mesmo entre os bielorrussos ressurgiu um movimento com reivindicações nacionais.

No ano seguinte, novamente no Cáucaso, seria a vez dos georgianos. A repressão, com rajadas de metralhadoras, de manifestação por autonomia em Tiblíssi, em abril, desencadeou um ciclo de conflitos que se converteu rapidamente em movimento pela independência da República. Nos três países bálticos, multiplicaram-se as manifestações explicitamente comprometidas com a denúncia da anexação nos anos 40 e com um programa baseado na soberania.

A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, embora historicamente na esteira dos acontecimentos da Polônia e da Hungria, evidenciou, e simbolizou, um primeiro ciclo de desagregação. Desmanchou-se o sistema das democracias populares e contra o fenômeno a URSS não havia lançado um tanque. Se o Império parecia sem força, ou sem vontade, de manter em sua órbita os países do já finado Pacto de Varsóvia, não estariam criadas as condições para o desencadeamento de um segundo ciclo de desagregação, desta vez contemplando as repúblicas nacionais da União Soviética?

Nesta altura, e por todo o lado, espoucavam reivindicações, conflitos e guerras de caráter nacional. Um clima de acusações recíprocas. Amargos ressentimentos. Todos se julgavam carregando fardos pesados demais: os outros, naturalmente. Acordara novamente a Torre de Babel. Uma cacofonia.

O poder central, depois de um primeiro tempo em que pareceu atacado por anorexia, começou a oscilar. Ora, respondia com medidas paliativas, como a concessão da autonomia contábil para as repúblicas bálticas, quando a independência já estava na ordem do dia, ora com violência inaudita, massacrando manifestações pacíficas, em arrancos de animal agonizante.

Em 1990, ao lado da radicalização do movimento nacional no ocidente, assistiu-se a um movimento inesperado: a própria Rússia passou a reclamar a soberania em relação ao Centro e decidiu, logo depois, em dezembro, cortar 80% de sua contribuição ao orçamento da URSS. Em junho do ano seguinte, legitimado na presidência por eleições diretas, inéditas na história da Rússia, Bóris Yeltsin confirmaria a reivindicação. Um referendo, organizado pelo Centro, sobre um novo pacto para manter a União, ainda tentou reverter as forças centrífugas. Entretanto, o fato de que seis repúblicas tivessem se recusado a organizá-lo, aliado ao clima geral de insatisfação, tornaram incertos seus resultados.

O segundo ciclo de desagregação seria, afinal, acelerado, e consolidado, com a tentativa frustrada do golpe de agosto de 1991. Pouco antes, em fins de julho, já fora reconhecida a independência da Lituânia, onde mais crescera em anos anteriores o movimento autonomista. O fracasso patético do golpe não apenas desmoralizou os golpistas, mas também os instrumentos centrais de poder, recursos inúteis, simplesmente não existiam mais.

O desmoronamento. Como prisioneiros em fuga desabalada de uma prisão subitamente escancarada, as repúblicas abandonaram o cárcere dos povos numa velocidade fulminante. A cronologia é eloqüente. O golpe, desferido em 19 de agosto, durou exatas 61 horas, e já no dia 21 estava controlado. Nos dez últimos dias de agosto, nada menos do que nove repúblicas proclamaram as respectivas independências: Estônia (20), Letônia (21), Ucrânia (24), BieloRússia (25), Cazaquistão (26), Moldávia (27), Azerbaidjão (30), Usbequistão e Quirguízia (31). Acompanhadas, em seguida, em setembro, pelo Tadjiquistão (09) e Armênia (21) e, em outubro, pelo Turcomenistão (27).

Em dezembro, finalmente, a União Soviética deixava de existir (cf. atual traçado das fronteiras, mapa 4). Todos a rejeitavam, mesmo os russos. Gorbachev, amargurado, mas com elegância, assinou uma estranha renúncia. Porque estava no vértice de um pirâmide que já ruíra, renunciava a um cargo já inexistente. À chefia de governo de um Estado abolido.

Encerrada uma época histórica, apressaram-se a concluir os analistas. O último grande Império que, numa perspectiva mais longa, fora salvo pela Revolução de 1917, viera abaixo, afinal, submerso por dois sucessivos ciclos de desagregação¹⁷.

A independência da Tchetchênia: o fantasma de um terceiro ciclo

Entretanto, no cataclisma do fim do Império, não muitos se deram conta, ou não levaram a sério, que, em novembro de 1991, uma pequena nação encravada nas montanhas do Cáucaso, a Tchetchênia, ou Ichkeria, como se autodenomina, proclamara igualmente a sua independência. No contexto do desmoronamento geral, e na esteira do reconhecimento das repúblicas vizinhas da Georgia, da Armênia e do Azerbaidjão, parecia quase banal mais um pequeno povo tentar aproveitar-se da brecha e também sair da prisão.

¹⁷Sobre a trajetória das contradições e das lutas nacionais no último período da URSS e, sobretudo durante a *perestroika*, cf. J. Sapir, *Feu le système soviétique? Permanences politiques, mirages économiques, enjeux stratégiques*. Paris, La Découverte, 1992; M. Lesage, “La crise du fédéralisme soviétique”, in *Notes et études documentaires*, n° 4.905. Paris, La Documentation française, 1990; R. Berton-Hogge (org.), *La fin de l’URSS. Héritages d’un empire*. Paris, La Documentation française, 1992; R. Karklins: *Ethnic relation in the USSR. The perspective from Below*. Boston, Allen & Unwin, , 1986; A. Coldefy-Faucard (org.) *Quelle Russie?* Paris, Autrement, 1993

Exibia títulos que autorizavam sua reivindicação: unidade étnica, linguística e territorial, duramente conquistada, aliás, através de incontáveis lutas, exílios e guerras. Uma comunidade de destino. O que mais seria necessário para almejar o ingresso na História com um Estado próprio? Nestes tempos de reemergência generalizada de povos que pareciam esquecidos, por que não os tchetchenos? Por que não mais um pequeno povo, com seu pequeno Estado, ao lado de tantos outros?

Durante quase três anos, os tchetchenos afirmaram sua independência em vão. Ela não lhes foi reconhecida pela Federação Russa, nem por nenhum Estado da chamada comunidade internacional, nem pelos vizinhos próximos ou distantes.

O Estado russo multiplicou as pressões econômicas, políticas e militares: severo bloqueio, por quase três anos; sucessivos, mas frustrados, atentados à vida do presidente eleito da Tchetchênia; tentativa de golpe, também derrotada, por intermédio de uma oposição apadrinhada por Moscou. E, então, quando tudo parecia ter sido jogado, sem sucesso, veio o assalto do exército russo, em dezembro de 1994.

Começara (ou recomeçara?) mais uma “guerra suja”, um filme que os tchetchenos conhecem já há mais de um século. Banal, se não fosse trágico.

No início, a expectativa anunciada do ministro da Defesa russo era a de uma expedição militar, rápida, alguns dias, no máximo, uma ou duas semanas. O que os militares dizem de costume, quando começam as guerras. Mas o exército russo levaria mais de um mês para tomar a capital do país, deixando a cidade, e o país, em ruínas. Os tchetchenos iniciaram então a guerra de guerrilhas. Tenaz e prolongada, como é de sua especialidade. Aos massacres e bombardeios de aldeias, responderam com ações de comando, algumas, de grande repercussão, fora mesmo dos limites do seu território, como contra a cidade russa de Budennovsk, em junho do ano passado, ou, em janeiro deste ano, contra o vizinho Daguestão. A cada ação deste tipo, no cerco, na tentativa de capturar os guerrilheiros, ou de eliminá-los, centenas de vítimas, quase sempre civis.

O terror abateu-se sobre a Tchetchênia. Em meio ao canhoneio, conversações frustradas, acordos que não se cumprem, promessas de paz não realizadas, mediações. No segundo semestre do ano passado, o governo russo tentou, mais uma vez, e uma vez mais sem grande sucesso, apostar suas fichas num governo tchetcheno colaboracionista. Impasses. A política russa parecia gasta e fatigada.

Em junho de 1996, dezoito meses de guerra. Setenta mil soldados russos estão na Tchetchênia. Trinta mil mortos. Estimativas¹⁸.

A opinião pública russa, de início passiva e apática, insurge-se crescentemente contra a guerra suja. Nas eleições atuais, não é gratuitamente que todos os candidatos, inclusive o próprio Bóris Yeltsin, pronunciam-se pela paz e condenam com veemência os horrores da guerra. Mas as pressões desta mesma conjuntura, e o inerente oportunismo das promessas de candidatos em busca de apoio e de votos, não permitem avaliar com segurança as reais intenções políticas em jogo.

¹⁸ Para os dados e fatos recentes sobre a guerra na Tchetchênia, cf. “De Grosny à Moscou: dix-sept mois de ‘sale guerre’” e “Un accord permet d’entrevoir un règlement négocié du conflit tchéchène”, in *Le Monde Hebdo*, nº 2482, 30/05/1996, p. 3; “Moscou paraît de plus en plus incapable de maîtriser le conflit tchéchène”, in *Le Monde Hebdo*, nº 2.478, 02/05/1996, p. 3 e “En marge du sommet G7, Bill Clinton fait l’éloge du président russe”, in *Le Monde Hebdo*, nº 2.477, 25/04/1996.

Os vizinhos próximos observam com simpatia prudente ou com neutralidade. Os beneficiados com as primeiras ondas de desagregação do Império parecem ter esquecido a sorte que foi sua em passado recente. Os que poderiam beneficiar-se com uma terceira onda de desagregação preferem, aparentemente, observar e acompanhar, a ver como o processo se desdobra.

Menos de cinco semanas depois da desintegração do presidente Dudaev, seu sucessor, Zelimkahn Iandarbiev, de forma surpreendente, apareceu no Kremlin. Os fogos de artifício publicitários anunciaram um tratado de paz. Mas os termos do acordo sugerem mais uma trégua. Nem uma visita relâmpago do presidente russo à Tchetchênia conseguiu convencer os observadores mais críticos. A guerra, por exaustão dos tchetchenos, como ocorreu há mais de um século, pode acabar, mas ainda não acabou. Mesmo porque os combates prosseguem.

A comunidade internacional finge não ver, ou abençoa.

A recente reunião do Grupo dos 7 países mais ricos do mundo em Moscou e os generosos acordos financeiros assinados entre a Rússia e o Clube de Paris e o Fundo Monetário Internacional atestam, se fosse preciso, a existência de uma sólida convergência de interesses. O presidente norte-americano permitiu-se mesmo efetuar comparações entre a Tchetchênia e os estados sulistas norte-americanos no século passado. Em outras palavras: é legítimo esmagar pela guerra tentativas de secessão.

E, assim, a Tchetchênia parece condenada ao isolamento e ao esmagamento.

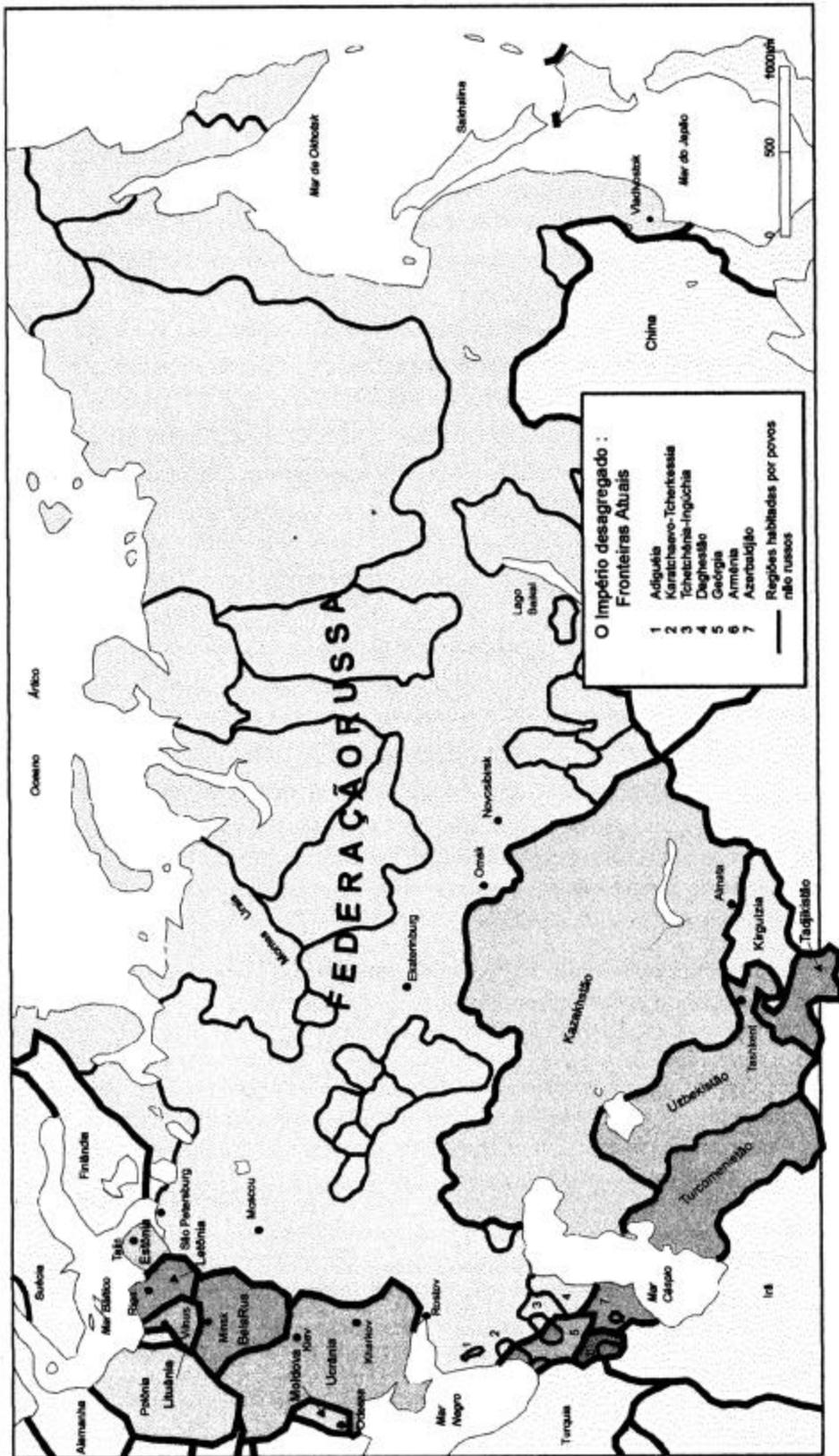
Muitas razões concorrem neste sentido.

As elites russas, por mais que o folclórico Bóris Yeltsin apareça freqüentemente imerso nos vapores do álcool, têm sobriedade bastante para saber que a independência da Tchetchênia, concedida ou conquistada, abriria, mais do que provavelmente, um novo ciclo de desagregação. Envolvendo os demais povos da Federação Russa (cerca de 20% da população) e, conforme o caso, até mesmo determinadas regiões habitadas majoritariamente por russos, mas distantes da Rússia européia, como a Sibéria.

As antigas repúblicas independentes, ex-companheiras de cárcere, também possuem, muitas vezes, minorias nacionais importantes. Se os tchetchenos pudessem aceder à independência, por que o mesmo não poderia ocorrer às suas minorias?

Num outro nível, os países mais ricos não apreciam, e com razão, do seu ponto de vista, fatores de agitação e instabilidade da ordem internacional. O que importa para eles é o controle, a estabilidade, a previsibilidade. Sem isto, afinal, como será possível calcular e investir? A eventual independência da Tchetchênia abrindo, como se observou, a hipótese de mais uma onda de desagregação, poderia conduzir a uma nova balcanização, ainda mais perigosa do que a atual. Já são muitos, entre respeitáveis professores e analistas, os nostálgicos da velha URSS, e não só. Sente-se também nostalgia do Império Austro-Húngaro e mesmo do Otomano. Eram poderosos rivais, mas interlocutores previsíveis e, acima de tudo, mantinham a Ordem.

O que este pensamento conservador parece não avaliar acertadamente é o caráter do Estado que tem diante de si. Desde quando se tornou nômade, nos idos do século XV, o Estado então baseado na Moscóvia foi sempre, e fundamentalmente, multinacional, requerendo mais lealdade institucional, ou dinástica, do que nacional. Deste ponto de vista, o Estado soviético manteve a tradição, quando tentou basear sua existência na construção de laços supra-nacionais. Daí sua lógica expansiva, como a do Tzarismo.



Como a da Federação Russa que, embora diminuída, e atualmente enfraquecida, continua com o ventre fecundo de expansão. Deste ponto de vista, a consolidação de uma perspectiva democrática dependeria da hipótese de mais desagregação. Essencialmente auto-limitados, os russos poderiam, afinal, viver num Estado nacional, onde fosse mais viável a liberdade. Por outro lado, e certamente, um processo de desagregação suplementar comportaria riscos, inerentes à vida democrática e, a rigor, próprios à vida *tout court*¹⁹.

Estes riscos nenhum poder constituído vai correr. Por isso inclinam seus polegares para baixo e decidem: *delenda* Tchetchênia!

Aceitá-lo, não será fácil, para um povo em cuja língua “bom dia” traduz-se por “seja livre” .
[Recebido para publicação em junho de 1996]

¹⁹Cf. M. Lewin, “Nationalism in our times: the case of Russia”, in *Russia/USSR...* .op. cit., pp. 245-275.